

A dívida dos latinos

A julgar pelos números, a América Latina tem um longo percurso a cumprir até vislumbrar um fortalecimento econômico que a tire da eterna dependência em relação aos países industrializados. O último relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) traz uma série de indicações nesse sentido, notadamente no que se refere ao processo de transferência de capitais da AL para os países ricos, além das deficiências em matéria de investimentos. Resta ver, como sempre, se esse tipo de avaliação produz alguma ressonância na atitude dos bancos credores, geralmente mais preocupados em resguardar os recursos alocados na região do que dispostos a estimular o crescimento a longo prazo.

Segundo o BID, os últimos 4 anos presenciaram uma brutal reversão da tendência de investimentos no continente. Entre 1980 e 1980, por exemplo, a taxa de crescimento desse indicador foi de 7,4% ao ano, em média, enquanto o PIB crescia

5,8%. Em outros termos, após ter quadruplicado em 20 anos, o investimento caiu 30%, correspondendo a US\$ 50 bilhões. São bem conhecidos os dois principais fatores que levaram a isso: as medidas tomadas para enfrentar crises do balanço de pagamentos, geralmente de cunho recessivo, e a própria queda nos ingressos de capitais estrangeiros. Tais estratégias, ademais, verificaram-se num momento de deterioração das relações de troca e de alta de juros.

Assim, nos últimos cinco anos, a posição da AL tem sido de retração do crescimento, somada a uma exportação líquida crescente de capitais. Para se ter uma noção mais exata, basta observar que até 1981 a região ainda recebia recursos, enquanto acumulasse uma dívida externa de US\$ 277,7 bilhões. Em 1985, a AL remeteu US\$ 32,6 bilhões, com seu endividamento chegando a US\$ 368 bilhões.

Parte desse resultado, segundo o BID, pode ser atribuído ao desgaste

econômico implícito nas sucessivas renegociações da dívida, na medida em que a capitalização dos juros propiciava o crescimento do endividamento, justamente quando eram menores os ingressos de capitais externos. Outro aspecto relevante diz respeito à composição dessa dívida, a qual alterou-se substancialmente à medida que o continente passava a depender mais diretamente do mercado bancário privado. As taxas de juros hoje vigentes contrastam fortemente, por exemplo, com as do período 1970 a 1979, quando situavam-se na faixa de menos 2,5% a 2%. Mas, com a crise do endividamento, não apenas aumentaram as taxas, como diminuiu o período médio de carência dos empréstimos. Claro está que, por enquanto, as taxas de juros relativamente baixas impedem uma maior deterioração desse quadro. No entanto, parece claro que qualquer movimento de alta — que não deve ser descartado — deverá tirar a perspectiva de um reerguimento, mesmo a longo prazo.